

Registo de descrição

Data relatório
2024-04-19

RegistoPT/AMGDL/CMGDL - Câmara Municipal de Grândola

Nível de descrição	F
Código de referência	PT/AMGDL/CMGDL
Tipo de título	Formal
Título	Câmara Municipal de Grândola
Datas de produção	1544 - 2014
Dimensão e suporte	293,30 m.l.
Entidade detentora	Arquivo Municipal de Grândola
Produtor	Câmara Municipal de Grândola
História administrativa/biográfica/familiar	A existência do «llugar da gramdolla» encontra-se documentada desde o período medieval. A criação da Comenda, possivelmente no último quartel do século XIV, justificou-se pela dinâmica socioeconómica que a povoação alcançou. Integrado na Ordem Militar de Santiago, este território beneficiou das ações promotoras de povoamento e desenvolvimento levadas a cabo pela Ordem. D. Jorge, filho ilegítimo do rei D. João II, assistiu à criação do Concelho durante o período em que foi Mestre desta Ordem. A Carta de Vila, outorgada por D. João III aos moradores de Grândola em 22 de outubro de 1544, elevou o lugar à condição de vila e criou o Concelho, delimitando-o e dotando-o de autoridade para a regulação da vida coletiva, com oficiais próprios. Até então, o «llugar da gramdolla» encontrava-se sob dependência jurídica e administrativa da vila de Alcácer do Sal. As razões que motivaram a concessão da Carta de Vila, apresentadas no documento régio, são as seguintes: - os prejuízos causados aos moradores de Grândola com as deslocações a Alcácer do Sal e com a vinda dos juizes, tabeliães e oficiais. Os assuntos de carácter judicial ou administrativo eram, maioritariamente, tratados pelos oficiais que prestavam serviços em Alcácer do Sal, o que causava elevados custos e problemas aos grandolenses. Distanto cerca de 30 km, as localidades estavam ligadas por um caminho difícil de percorrer, devido à existência de terrenos arenosos e à falta de árvores sombreiras; - a existência de população suficiente para justificar a criação do Concelho; - o interesse régio em contribuir para o desenvolvimento da povoação.

História custodial e arquivística

O fundo ficou disponível para consulta pública após o tratamento efetuado em 1987 por Joaquim Manuel Ferreira Boiça e Luís Manuel Alves da Silva, equipa coordenada por José Mariz, no âmbito do «Programa de recuperação de arquivos e documentação para a História de Grândola», integrado no «Plano de Apoio aos Arquivos Municipais da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal», projeto de inventariação, preservação e divulgação da documentação de interesse histórico da Câmara Municipal de Grândola.

O programa referido visou a organização dos documentos que se encontravam instalados num depósito da Câmara Municipal, com datas extremas compreendidas entre o século XVI e o ano de 1926.

O trabalho concluído em 1987 principiou com a constituição e a organização dos fundos Câmara Municipal de Grândola, Celeiro Comum de Grândola e Administração do Concelho de Grândola e culminou com a produção de «um ficheiro para consulta», relativo a cada documento, e de três catálogos onde se inscreveram os títulos das secções e das séries criadas pelos arquivistas, acompanhadas dos respetivos códigos de referência. Identificaram-se, no catálogo do fundo Câmara Municipal de Grândola, as designações e as datas extremas dos documentos, cujos códigos de referência alfanuméricos constituíam, também, as suas cotas. As cotas atribuídas aos documentos foram inscritas nas respetivas unidades de instalação.

O relatório «Arquivos Históricos no Concelho de Grândola - Relatório sobre a situação actual», elaborado por José Mariz na sequência da intervenção realizada, datado de janeiro de 1988, informa que o tratamento em causa não foi concluído, mas procedeu-se «...à arrumação das espécies selecionadas, à sua classificação segundo a grelha criada para o Arquivo Histórico Municipal de Serpa e à apresentação de catálogo do material classificado».

José Mariz caracterizou as instalações onde a documentação se encontrava depositada como uma sala anexa ao edifício dos Paços do Concelho com condições «bastante precárias» e exíguas, verificando-se um nível excessivo de humidade relativa e de desarrumação. O acondicionamento de «muitos documentos», devido às suas dimensões, não se encontrava em boas condições, encontrando-se estes em contacto direto com as paredes da sala.

Numa fase posterior, a documentação em causa foi transferida para o edifício da Biblioteca Municipal, onde se manteve em boas condições de preservação e de conservação, instalada em estantes compactas rolantes, até 2006. No entanto, devido à necessidade de libertação de espaço para o desenvolvimento pleno das atividades da Biblioteca Municipal e para a instalação do seu fundo bibliográfico, o acervo transitou para o depósito do edifício dos Paços do Concelho, onde permaneceu até à sua transferência para as instalações do Arquivo Municipal (Grândola, Praça António Abílio Camacho), realizada em 15 de julho de 2009. O fundo foi transferido, juntamente com o acervo do AMGDL, em abril de 2021 para o depósito do novo edifício da Biblioteca e Arquivo do Município, situado na Praça da República, em Grândola.

Incorporação.

Fonte imediata de aquisição ou transferência**Âmbito e conteúdo**

Contém documentação relativa à constituição e a leis do poder central e local; atas e deliberações da Câmara; correspondência; contabilidade municipal; bens e rendas do concelho; contribuições e impostos; população e economia; assuntos militares; eleições e pessoal; assistência; instrução; justiça; obras particulares; registo predial e ao Conselho Municipal.

Sistema de organização

A documentação encontra-se organizada de acordo com critérios orgânicos e funcionais.

O quadro de classificação é composto pelas seguintes secções e séries:

Secção AA: Constituição e Leis do Poder Central e Local

Série AA/1: Registo de Leis do Poder Central

Série AA/2: Provimentos do Corregedor

Série AA/3: Carta de Vila

Série AA/4: Carta de Almotaçaria

Secção AB: Atas e deliberações da Câmara

Série AB/1: Atas das Vereações

Série AB/2: Atas das reuniões da Comissão Executiva

Série AB/3: Editais

Série AB/4: Provimentos, despachos e requerimentos

Série AB/5: Posturas e regulamentos

Série AB/6: Atas das reuniões da Comissão Administrativa

Série AB/7: Alvarás expedidos

Secção AC: Correspondência

Série AC/1: Registo de correspondência expedida

Série AC/2: Correspondência recebida

Série AC/3: Representações e telegramas expedidos

Série AC/4: Copiador de correspondência expedida

Série AC/5: Registo da correspondência expedida pela Secretaria

Série AC/6: Registo da correspondência expedida por Serviços

Série AC/7: Registo da correspondência expedida relativa a assuntos policiais

Série AC/8: Registo da correspondência expedida relativa a assuntos militares

Série AC/9: Registo da correspondência confidencial expedida

Secção AD: Contabilidade municipal

Série AD/1: Receita e despesa

Série AD/2: Conta corrente do Tesoureiro com a Câmara

Série AD/3: Diário da receita e despesa

Série AD/4: Dívidas ativas e passivas

Série AD/5: Mandados de pagamento

Série AD/6: Balancetes mensais

Série AD/7: Verbas orçadas

Série AD/8: Relação dos documentos de cobrança

Série AD/9: Receita arrecadada por rendimentos
 Série AD/10: Contas correntes com entidades
 Secção AE: Bens e rendas do Concelho
 Série AE/1: Arrematação dos bens do Concelho
 Série AE/2: Registos de bens e rendas do Concelho
 Secção AF: Contribuições e impostos
 Série AF/1: Sisas
 Série AF/2: Décimas
 Série AF/3: Coimas
 Série AF/4: Real de água
 Série AF/5: Subsídio literário
 Série AF/6: Imposto indireto municipal
 Série AF/7: Impostos extraordinários
 Série AF/8: Sisas dos montados
 Série AF/9: Contribuição de serviços
 Série AF/10: Lançamento do 4,5%
 Secção AG: População e economia
 Série AG/1: Registo Civil
 Série AG/2: Agricultura
 Série AG/3: Pecuária
 Série AG/4: Minas
 Série AG/5: Comércio e transportes
 Série AG/6: Caça
 Série AG/7: Preços
 Série AG/8: Legados pios
 Secção AH: Assuntos militares
 Série AH/1: Ordenanças
 Série AH/2: Recenseamento militar
 Série AH/3: Atas das sessões da Comissão do Recenseamento Militar
 Série AH/4: Correspondência expedida pela Comissão do Recenseamento Militar
 Série AH/5: Reclamações sobre o recrutamento
 Série AH/6: Processos do recenseamento militar
 Secção AI: Conselho Municipal
 Série AI/1: Atas das sessões do Conselho Municipal
 Secção AK: Eleições e pessoal
 Série AK/1: Recenseamento eleitoral
 Série AK/2: Atas das sessões da Comissão do Recenseamento Eleitoral
 Série AK/3: Correspondência expedida pela Comissão do Recenseamento Eleitoral
 Série AK/4: Jurados
 Série AK/5: Licenças de pessoal
 Secção AL: Assistência
 Série AL/1: Expostos e crianças subsidiadas
 Série AL/2: Amas subsidiadas e Comissão de "O Natal dos Pobres"
 Secção AM: Instrução
 Série AM/1: Instrução primária
 Secção AN: Justiça
 Série AN/1: Juízo de Paz
 Série AN/2: Ofícios expedidos para o Juiz Ordinário e lançamento das contas correntes
 Secção AO: Obras particulares
 Série AO/1: Licenciamento de obras particulares

Condições de acesso O regime de comunicabilidade obedece ao disposto na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto; no Regulamento Geral de Proteção de Dados; no Decreto-Lei n.º 16, de 23 de janeiro de 1993 e na demais legislação aplicável.

Condições de reprodução Constantes no Regulamento do Arquivo Municipal de Grândola. As reproduções são consideradas atendendo às condições de conservação de cada espécie e aos fins a que se destinam as cópias, reservando-se o AMGDL o direito de não autorizar a reprodução.

Idioma e escrita Português

Características físicas e requisitos técnicos Contém livros com encadernações e fólhos fragilizados.

Instrumentos de pesquisa Catálogo

Existência e localização de originais Arquivo Municipal de Grândola

Unidades de descrição relacionadas Portugal, Arquivo Municipal de Grândola: Administração do Concelho de Grândola. (PT/AMGDL/ACGDL); Portugal, Arquivo Municipal de Grândola: Celeiro Comum de Grândola. (PT/AMGDL/CCGDL).

Preencher transcrição automaticamente ¶

Data última modificação 2022-03-24 11:14:57